

CPV

URB MOU RS 9/A

CPV-CENTRO DE DOC E PESQUISA VERGUEIRO
R. Sao Domingos, 224
Bela Vista
Sao Paulo SP 01.326-000

29 AGO 2000

SE
LIGA
NO

Sinal

Informativo do CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas
da Leopoldina

Ano VIII Número 43 - Abr./Mai./Jun./ 2000



Rádios Comunitárias: vencendo os latifúndios do ar

página central



Entrevista: conselhos de saúde, da lei até a prática 3



Reforma agrária: além da conquista da terra 6



O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA LEOPOLDINA E NO BRASIL

Caderno S, novo suplemento do SINAL, vai apresentar análises de grandes temas.

2

JORNAL TRIMESTRAL
PUBLICADO PELO
CEPEL - CENTRO DE
ESTUDOS E
PESQUISAS DA
LEOPOLDINA,
ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS
MOVIMENTOS DA
REGIÃO DA
LEOPOLDINA

COMISSÃO EDITORIAL

Cristina M. (Kita) Eitler
Fernando C. R. Fernandes
Homero T. de Carvalho
M. Eugênia (Kena) U. Silva
Patrícia Tiomno Tolmasqui
Victor Vincent Valla
Wallace Hermann Júnior

APOIO ADMINISTRATIVO

Maria de Fátima Correia S.

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Homero T. de Carvalho
(Mtb 1127/05/65v -PR)

PROJETO GRÁFICO

Caco Chagas
Kita Eitler

EDITORIAÇÃO

Zona Criativa (205 3220)

CAPA

Kita Eitler

APOIO

KFS
JUVENTUDE CATÓLICA
AUSTRIACA
ENSP/FIOCRUZ

*O CEPEL autoriza a
reprodução total ou
parcial dos artigos
deste jornal, bem como
sua utilização para fins
educativos. Solicitamos
citação da fonte e o
envio de cópia em caso
de publicação.*

Preocupada com a pouca informação de importância sobre a realidade brasileira divulgada pela televisão e pelos jornais da grande imprensa, a equipe do Se Liga no SINAL continua com sua proposta de dar visibilidade a temas locais e nacionais que acabam repercutindo no dia a dia dos leitores. Este número 43 do SINAL levanta, entre outros três temas: as rádios comunitárias, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Conselho Distrital de Saúde.

Na matéria da página central você vai saber porque as rádios comunitárias já são centenas no estado do Rio de Janeiro. Por que a cada dia mais rádios comunitárias estão no ar e, ao mesmo tempo sofrem tantas críticas, campanhas de ataque dos meios comerciais de comunicação e perseguição policial? O que é exatamente uma "rádio comunitária livre"? Sobre o quê elas estão falando?

Na página 6 você vai saber um pouco mais sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST. Qual é, exatamente a sua proposta? Como é que seus membros escolhem as terras que vão ocupar, para plantar e consumir? Você sabia que leva pelo menos nove meses para escolher o local a ser ocupado? Que o local escolhido normalmente não paga impostos ou não planta nada? Você sabia que em quase todos os acampamentos há Igrejas Católicas e da Assembléia de Deus e escolas próprias? Vocês sabia que o Brasil é o país que tem a pior distribuição de terra no mundo? Que os países que são desenvolvidos já fizeram suas reformas agrárias há muito tempo e isso, em parte, explica a sua riqueza?

*"Há outras coisas acontecendo
além daquilo que aparece
na TV e nos jornais."*

E, finalmente, o que é a Rede Local de Educação Popular e Saúde, matéria que está na página. 7. Se o CEPEL é fundador e tem assento no Conselho Distrital de Saúde, por que está também propondo a formação da Rede? E se já existe o Conselho Distrital de Saúde, por que o Complexo do Alemão criou também o Conselho Comunitário de

Saúde? Parte da resposta pode estar no fato de que o Conselho Distrital de Saúde está voltado essencialmente para o que se chama "a extensão da cobertura de saúde", ou seja, que há hospitais e centros e postos de saúde que dão conta da procura de quem tem problemas de saúde. E o trabalho do Conselho Distrital seria essencialmente esse: garantir a abertura de novos centros de saúde e o funcionamento das emergências. Mas, discutir a saúde é muito mais do que isso. É também discutir o saneamento básico, o combate às endemias de AIDS, hanseníase, resolver os problemas de saúde mental— um problema que cresce por causa do desemprego e/ou do salário mínimo mais baixo no mundo. E esses outros espaços, como a Rede de Educação Popular e Saúde e o Conselho Comunitário de Saúde do são para discutir essas questões e encaminhar propostas de solução nas próprias comunidades.

A criação do Caderno S — o novo suplemento do SINAL — e a Rede Local de Educação Popular e Saúde são propostas do CEPEL para mostrar que há outras coisas acontecendo além daquilo que aparece na TV e nos jornais. Pois, acreditamos que o país e a Leopoldina só se transformam, mudam, na medida em que a sociedade civil — aqueles que se organizam em ONGs, Associações de Moradores, igrejas, grupos populares e Conselhos de Saúde — também possam dizer como o Brasil e a Leopoldina devem ser. ♦





ENTREVISTA

Vereador Milton Nahum

Conselhos de Saúde: lições de democracia, na prática

Patricia Tiomno Tolmasquim

Entrevistamos o vereador Milton Nahum, autor da Lei Nº 2.011, de 31 de agosto de 1993, que instituiu os Conselhos Distritais de Saúde, no município do Rio de Janeiro.

▣ **Se Liga no SINAL - Na elaboração do Orçamento Municipal de cada ano, quem decide afinal onde vai ser aplicado o dinheiro público?**

Milton Nahum - A Legislação determina uma série de coisas, mas no final das contas quem decide é o poder instituído, o poder executivo, que apresenta a proposta de orçamento. O poder legislativo influencia nisso, eventualmente, através de emendas. A população e a sociedade civil organizadas entram nessa história no que diz respeito à saúde, através dos Conselhos Distritais de Saúde e do Conselho Municipal, no que diz respeito ao município. O Conselho Estadual e o Conselho Nacional também, no estado e no nível federal, respectivamente.

▣ **S - Qual é, então, o papel do Conselho Distrital de Saúde?**

MN - Dentre outras coisas, é exatamente permitir que a sociedade organizada, e aqui a gente tá falando de usuários, profissionais da área de saúde e de gestores do sistema de saúde, tenham uma influência direta na elaboração do orçamento, o que é prioritário, como deve ser manejado... Ou seja, para simplificar, o Conselho tem tudo a ver com a questão de aplicação dos recursos do orçamento..

▣ **S - Vereador, essa é a teoria, mas sabemos que os conselhos não funcionam dessa forma. Por que isso acontece?**

MN - Surgiram várias dificuldades para esse funcionamento ideal. A primeira dificuldade, no primeiro ano, foi que depois de serem aprovados, eles funcionaram muito aquém do esperado. Isso aconteceu porque a dotação orçamentária disponibilizada para os conselhos no orçamento não foi utilizada. Os conselhos na prática ficaram muito atrelados ao poder executivo. Leia-se

no caso Secretaria Municipal de Saúde. Então por exemplo o Conselho Distrital da AP3.1 quer fazer um seminário. Bom, vamos rodar o material para o seminário. Rodar em que papel? Em que xerox? Tem que pedir para a Secretaria. Aí a Secretaria decide quanto vai dar, quando vai dar, aonde vai rodar e o que vai rodar. Ou, outro exemplo, o grupo da AP5 quer sair para fazer uma sindicância e vai no hospital e quer documentar umas coisas. Documentar com o quê? Tem gravador? Não. Tem câmara fotográfica? Não. Então vai documentar o quê? Vai ouvir, vai falar. Vai ficar uma coisa oral. Em outras palavras, os Conselhos não estavam instrumentados nem aparelhados para fazer o seu trabalho. Chegou no fim do primeiro ano, aquela dotação orçamentária não tinha sido utilizada pelos conselhos. Não foi utilizada porque os Conselhos não conseguiram aprender os caminhos para chegar às verbas públicas. Aí, pedi para a secretária da Fazenda, logo no começo do ano seguinte, que fizesse uma reunião com os Conselhos Distritais de Saúde e explicasse aos conselheiros qual é a forma que os conselhos têm de

realizar (executar) sua dotação orçamentária. Não é fácil utilizar dinheiro público. O Conselho pode comprar uma máquina fotográfica? Pode. Mas você não vai lá e diz me dá um cheque ou, eu vou comprar a máquina e te trago a notinha. Não é assim que funciona. Você tem que fazer licitação, não é você que faz a licitação, é a prefeitura. Enfim, toda uma burocracia que por mais ágil que possa ser, tem que seguir os trâmites estabelecidos.. Então, não é fácil e a gente aprendeu de alguma forma... Existem dificuldades até hoje. (...) Outra questão é que os conselhos têm que ter independência, o que não ocorre hoje. Não tem independência, entre outras coisas porque não existe, na minha opinião, nem existiu no governo César Maia, nem existe no governo Conde, a intenção de ter realmente os conselhos independentes e funcionando, exercendo o que a lei determina, que é a fiscalização, que é a participação direta nas políticas públicas de saúde.

▣ **S - Por que isso acontece?**

MN - Minha sensação é que de alguma forma ainda se faz um jogo de cena. Eu governo, te dou espaço para você sociedade civil funcionar mas, ao fim e ao cabo, as resoluções que se tem aqui dentro, no âmbito dos conselhos não influem com a profundidade que deveriam influir nas políticas de saúde do município.

Os remédios para os Conselhos Distritais de Saúde: independência e popularização

Na prática, a prefeitura impede os conselhos através da questão material, recursos, xerox, instrumentos. Enfim, os conselhos não tem como fazer isso sem passar pela Secretaria. E como vai passar pela secretaria, a secretaria vai avaliar. Ela pode não dizer, formalmente, esse tipo de

material a gente é contra, mas pode não rodar o material em tempo hábil, pode não ajudar o Conselho a preparar o material e, na prática, é isso que tem acontecido. Os conselhos não tem conseguido ter liberdade suficiente para exercer todas as coisas que a lei estabelece. O segundo impedimento é que infelizmente, em alguns conselhos você vê algumas distorções típicas da política geral. São distorções no sentido do ganho pessoal, do aparelhamento partidário, do trampolim para se conseguir outras benesses ou outras posições. Qual seria o caminho? Reforçar os Conselhos Comunitários, porque a população não está junto nos conchavos. Como postos de Saúde já aprovados, não são montados? Porque existe toda uma política de políticos, que na maioria das vezes, faz um trabalho assistencialista, que trabalham dentro dessas áreas de uma forma que é desonesta, aproveitadora das pessoas e da boa fé e que não deixam que a gente construa muitas vezes estruturas públicas para eles continuarem com seus currais eleitorais. (continua na p.7)



Rádios Comunitárias: a democracia no ar

Wallace Hermann Júnior

Todos os dias em muitos pontos do país estão em funcionamento milhares de rádios comunitárias promovendo uma verdadeira revolução molecular na comunicação social do Brasil. O conceito de Rádio Comunitária foi construído coletivamente ao longo da década de noventa em encontros nacionais e regionais promovidos pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação e por organizações regionais de rádios livres e comunitárias. Definem as rádios comunitárias como associações civis sem fins lucrativos, de gestão participativa e democrática, com programação plural, ecumênicas e apartidárias, mas de maneira alguma apolíticas. São rádios públicas locais, espaços privilegiados de exercício da cidadania onde a população discute de modo interativo os problemas e as condições de vida de suas comunidades, priorizando a apresentação de artistas da sua região, principalmente compositores e músicos.

Números do próprio Ministério das Comunicações dão conta de 15 mil rádios comunitárias e locais transmitindo em FM em milhares de municípios do Brasil. Realizando um serviço inestimável às comunidades, não só prestando serviços de utilidade pública, as rádios comunitárias também estão capacitando a sociedade local a exercer o direito constitucional de comunicar - se. Nelas, os cidadãos podem participar das transmissões e emancipar-se da mera condição de receptor do que é produzido pelos 6 grupos empresariais familiares que monopolizam a comunicação social no país.

Além de fonte privilegiada de informação das comunidades, as rádios comunitárias valorizam a cultura local, possibilitando a interação entre os moradores, estimulando-os a debater soluções para os problemas comunitários e até alavancando projetos de interesse comum. Mesmo com essa relevância social a imensa rede de rádios comunitárias do país ainda encontra-se na ilegalidade devido a histórica aliança do Estado com os grupos privados que monopolizam tudo (ou quase tudo) que se (TV) vê, escuta e lê no Brasil.

Mais de 90% dos canais de rádio e TV do Brasil estão nas mãos de grupos privados e/ou oligarquias políticas locais organizados em oligopólios regionais, que associam em uma mesma família, ou grupo, a propriedade de praticamente toda a comunicação de massas, o controle da política local e os cargos de representação federal. Regionalmente, são meros retransmissores da programação das grandes redes, que constituem o monopólio da comunicação país. Menos de 10% dos canais/frequências disponíveis

são operados por rádios e TVs estatais e nenhum deles pela sociedade civil, em flagrante desrespeito ao artigo 222 da Constituição, que reza que o setor de Comunicação Social deve ser democraticamente compartilhado entre o segmento privado, estatal e público. Ou seja, 1/3 dos canais e frequências de rádio e televisão deveriam estar sendo operados por organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos.

O segmento público de comunicação no Brasil está sendo construído na semi-clandestinidade pelas rádios comunitárias, que hoje representam a vanguarda da luta pela democratização da comunicação no Brasil. Porém, essa luta não se restringe às rádios públicas locais de baixa potência, que é como podem ser definidas as rádios comunitárias, mas deve estender-se às altas potências e às tecnologias de ponta da comunicação globalizada (satélites, TV a cabo e aberta, internet etc).

A regulamentação conquistada até agora: os obstáculos continuam

As rádios comunitárias são regulamentadas pela Lei 9.612 que supostamente regulamenta a radiodifusão comunitária no país. A lei foi sancionada pelo Presidente da República em fevereiro de 98, depois de 3 anos tramitação no Congresso e de intensa mobilização de organizações populares e do movimento nacional de rádios comunitárias, através de suas entidades representativas.

Das propostas à lei brasileira encaminhadas pelo movimento nacional de rádios livres e comunitárias, foram acatadas apenas 10%. Uma das razões desse baixo índice de aceitação das propostas populares está na própria representação parlamentar: no período de tramitação da lei, 70% dos membros da Comissão de Comunicação do Congresso eram donos ou, via testas-de-ferro, tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão.

Mesmo assim, depois de muita mobilização, negociação e sacrifício o Brasil passou a contar com aprovar um instrumento legal para a radiodifusão comunitária.

Mas, o texto legal aprovado ainda é muito restritivo e contém uma série de entraves à criação e sustentação das emissoras comunitárias, ficando muito aquém do que já era garantido pela própria Constituição. Além disso as normas técnicas e regulamentos baixados posteriormente pelo poder executivo, com influência direta da ABERT-Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão, inviabilizaram de vez a Lei 9.612/98, ressuscitando até matéria vencida durante a tramitação, disfarçada de exigência técnica.

Em todo o conjunto de regulamentos que acabou aparecendo com a nova lei, os maiores entraves ao funcionamento das rádios comunitárias podem ser assim resumidos:



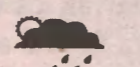
- limitação do alcance das emissoras a um quilômetro de raio (é o mesmo que legalizar o alto falante);



- disponibilização de uma única frequência nacional para as mais de 10 mil rádios comunitárias. Isto é tão tecnicamente tão inviável que, na prática foi modificado pela própria ANATEL, que designou mais duas ou três frequências para alguns municípios. Mesmo assim, cidades como São Paulo e toda a região do ABC não têm frequência disponibilizada, embora frequências disponíveis e improdutivas existam, pois florescem centenas de rádios comunitárias nessa região;



- proibição de publicidade, impedindo assim a captação de recursos no comércio local para a sustentação da emissora;



- proibição de formação de rede entre as rádios, salvo em caso de calamidade pública;



- falta de garantia de proteção às rádios comunitárias contra interferências de outras rádios comerciais e serviços de telecomunicação.

As barreiras da legislação, aliadas à suspeita inoperância da ANATEL em avaliar e dar andamento aos pedidos de concessão já encaminhados - estima-se que mais de 8 mil pedidos já deram entrada com toda a documentação necessária - mantêm as rádios comunitárias na clandestinidade. De clandestinas, porém, as rádios comunitárias que estão no ar não têm nada, pois são conhecidas em suas comunidades, constituindo-se em verdadeiros centros culturais populares com intensa movimentação de moradores de todas as idades, principalmente jovens para os quais as rádios são uma alternativa à ociosidade e à falta de espaços culturais características das comunidades periféricas e empobrecidas.

Apesar de todos os obstáculos, o movimento nacional de rádios comunitárias não esmoreceu. Pelo contrário, expandiu-se em todo o país, provocando uma campanha permanente de reação da ABERT. Veiculada pelas emissoras comerciais, a campanha baseia-se em calúnias e absurdos técnicos, responsabilizando as rádios comunitárias por interferência nas frequências utilizadas pelos aviões e aeroportos, podendo provocar até acidentes aéreos. Mas, felizmente, até o momento, não há notícias de que isso tenha acontecido.

Quem faz a rádio comunitária?

Mas, afinal, quem faz as rádios funcionarem todos os dias? Quem trabalha nelas? O trabalho voluntário, principalmente de jovens de ambos os sexos, é o que as mantém operando. Vê nessa. Não é só o capital trabalho e criatividade mas o capital alegria que sustenta as rádios no ar - muitos participantes consideram a sua atividade algo muito importante para a comunidade e para si mesmos.

Mesmo contando principalmente com trabalho voluntário, as rádios já constituem uma alternativa de trabalho remunerado para jovens e aposentados que atuam como operadores de áudio e programadores nas emissoras mais consolidadas, que contam com o apoio do comércio local. Elas são um espaço privilegiado de experimentação da cidadania, revigorando este conceito, incluindo nele a questão do Direito à Comunicação como algo tão

importante como a saúde e a educação. Confirmam com sua atuação que a liberdade de expressão, garantida pelo artigo 5 da Constituição, pode nada significar sem liberdade de antena e de transmissão.

Cuidado com as falsas rádios comunitárias!

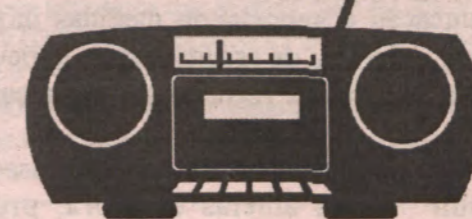
Infelizmente, o compromisso e a trajetória de luta da rádios comunitárias têm sido também falsamente utilizado para enganar os ouvintes - mais recentemente, algumas rádios tem se denominado Rádios Comunitárias, mas realmente não o são. Na verdade, são rádios clandestinas mantidas por (a) políticos inescrupulosos, que montam rádios com objetivos eleitoreiros e de promoção pessoal; (b) organizações religiosas sectárias, que tentam se impor atacando a diversidade cultural e religiosa da comunidade; e (c) empreendimento comerciais de empresários locais. Mesmo esses oportunistas são tributários das primeiras transmissões corajosamente feitas na década de oitenta por grupos oriundos do movimento estudantil e organizações políticas, que, inspirados nas rádios livres italianas e francesas, começaram a denunciar a política de concessão de frequências de rádio e canais de televisão da ditadura militar.

As rádios comunitárias constituem um modelo de radiodifusão, que mesmo não esgotando as possibilidades de comunicação dos movimentos e organizações populares, mostra-se vocacionado para ser a mídia do movimento social e do terceiro setor na luta por melhores condições de vida, justiça social e consolidação da democracia com participação popular.

Algumas Rádios Comunitárias da Leopoldina

A iniciativa pioneira de rádio comunitária na região da Leopoldina foi a **Radio Maré** (105,9), que funciona no Complexo da Maré, fundada em 1994 por diversas organizações locais. Já manteve em sua grade de programação o programa "Tem Saúde no Ar" realizado numa parceria do Conselho Distrital de Saúde da A.P.3.1 com o ELOS (Núcleo de Estudos Locais de Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz), CEPEL e o apoio do Departamento de Comunicação e Saúde/Fiocruz. Durante um ano, em 1996, o programa debateu, ao vivo, os problemas de saúde da região, procurando articular o saber científico e a experiência popular sobre os temas abordados.

No alto da Vila da Penha, funciona a Rádio Comunitária **Bicuda FM** (99,3), fundada em 1996 por ambientalistas e organizações comunitárias (ver nota na página 8). A rádio surgiu com o objetivo, entre outros, de lutar pela preservação e reflorestamento da Serra da Misericórdia, último reduto verde da região da Leopoldina. A rádio tem intensa participação da comunidade e de movimentos e ONGs locais. Aos sábados apresenta o Programa Musa, que tem o apoio da Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, do CEPEL e da ASFOC-Associação dos Funcionários da Fiocruz, através da utilização do estúdio da Manguinhos FM, rádio da ASFOC. A **Rádio Manguinhos** é outra experiência da Leopoldina - seu estúdio foi lacrado pela ANATEL em 1998, mas ela continua apoiando o movimento de rádios comunitárias da região.





Trabalhadores Sem Terra: uma história de luta pela reforma agrária

Novo modelo fundiário aponta para a mudança do modelo econômico

Fernando C. R. Fernandes

Como continua acontecendo hoje, durante as décadas de 50 e 60, a Reforma Agrária foi um dos temas mais debatidos no Brasil.

Naquela época, trabalhadores rurais organizados em sindicatos ou militando nas Ligas Camponesas contestaram a legislação agrária brasileira, que sempre privilegiou o latifúndio. Do debate e das lutas daquela época surgiu o Estatuto da Terra, que propôs resolver a questão agrária, mas propositadamente acabou perpetuando o latifúndio, aumentando o número de excluídos.

A ditadura militar criou o Estatuto da Terra, não sem antes extinguir, violentamente, as Ligas Camponesas, o movimento dos trabalhadores sem terra dos anos 50 e 60, e impor a modernização do latifúndio, financiando com recursos públicos o uso massivo de máquinas, adubos e agrotóxicos, para aumentar a produtividade e alcançar o mercado externo. Ou seja, o modelo baseou-se na concessão de crédito ao latifúndio, negando essa mesma possibilidade aos pequenos agricultores, aumentando a exclusão social.

O surgimento do MST

Como a mecanização, por conta da introdução da soja, foi muito forte no sul do país, concentrando ainda mais as terras, no início dos anos 70 camponeses dessa região foram expulsos e atraídos para as áreas de colonização criadas pelo governo no Norte e Centro-Oeste do país (Rondônia, Mato Grosso, Pará etc.). No entanto, esse modelo também fracassou, gerando ainda novas áreas de conflitos,

pois grandes empresas foram atraídas pela oferta de incentivos fiscais, gerando mais latifúndios improdutivos destinados à especulação. Com o enfraquecimento da ditadura e sob tais condições, surgiram os novos movimentos de luta pela terra, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST, em 1984.

O mapa agrário do Brasil de hoje, caracterizado pela grande concentração de terras, é resultado de um processo histórico que sempre fechou o acesso à terra pelos brasileiros mais pobres. Com o propósito de "ocupar, resistir e produzir", o MST tem demonstrado a importância da Reforma Agrária no Brasil. Os assentamentos, fruto de ocupações de terras improdutivas e de muita resistência dos trabalhadores são sinais de que somente pela mobilização popular é possível garantir acesso à terra, viabilizando condições dignas de vida. No histórico da questão agrária brasileira nunca o governo desapropriou, por livre e espontânea vontade, algum latifúndio. Ao contrário, quando ocorreram foi por meio de pressão popular, sendo significativa a atuação do MST.

públicos. O movimento não invade, ocupa terras improdutivas, com o intuito de distribuir e produzir, e com a ocupação de prédios públicos, como o Ministério da Fazenda e o BNDES, tem demonstrado para toda a sociedade onde está o núcleo da resistência dos detentores do poder econômico no Brasil.

Em sua campanha de manipulação, a serviço da elite e contra a população, o governo FHC e os meios de comunicação não informam que todos os proprietários de fazendas desapropriadas recebem indenização do governo.

Contra o "pecado do latifúndio", o MST defende uma Reforma Agrária popular, que garanta a democratização do acesso à terra, mas também crédito subsidiado para a agricultura familiar, cooperativas agroindustriais, e defesa do mercado interno contra as grandes multinacionais do agrobusiness. Ou seja, uma Reforma Agrária que não apenas distribua terra, mas que mude o modelo de desenvolvimento econômico e social do Brasil, dinamizando o mercado interno, melhorando a distribuição da renda, aumentando os salários, dinamizando a indústria, diminuindo o êxodo rural, melhorando a qualidade de vida no campo e nas cidades.

LATIFÚNDIO E MORTE: OS DOIS LADOS DE UMA MESMA MOEDA

* Dados do último censo agropecuário (1996) apontam que 1% dos proprietários, com propriedades acima de mil hectares, agregam 45% das terras, enquanto os pequenos agricultores que possuem menos de cem hectares, representando 89% dos proprietários, possuem apenas 20% das terras.

* Segundo a Comissão Pastoral da Terra, 1.169 pessoas foram assassinadas no campo de 1985 a 1994. Por esses crimes, só 58 processos foram celebrados, com 11 condenações, e 8 dos condenados estão foragidos.

A campanha de FHC

Neste ano, o governo FHC está movendo intensa campanha para isolar social e politicamente o MST, utilizando os meios de comunicação e anunciando medidas inócuas, como a abertura de crédito para a agricultura familiar, sem prever recursos no orçamento da União.

A todo o momento o MST é acusado de "invadir" terras alheias e, agora, prédios

GLOSSÁRIO

Latifúndio: grande propriedade de terras, geralmente improdutivas.

Grileiro: pessoa inescrupulosa que falsifica documentos de propriedade de terras. A expressão refere-se à técnica de envelhecimento de falsos documentos de posse de terras, colocando-os em contato com fezes de grilos trancados em gavetas, criando a impressão de serem antigos. ♦



Pesquisa

Saúde e religião: como a população busca solução para seus problemas de saúde.

Para onde vai a população quando os serviços de saúde não resolvem seus problemas? Há problemas de acesso aos serviços? Quando as pessoas são atendidas, a atenção ajuda a resolver o problema da queixa, o problema de saúde? Para encontrar respostas a essas questões, CEPEL está desenvolvendo uma pesquisa sobre a atenção médica e as formas com que a população lida com seus problemas de saúde.

Inicialmente, é preciso deixar claro que a equipe do CEPEL reconhece a importância dos serviços de saúde na Região da Leopoldina, assim com a seriedade dos seus profissionais. A pesquisa não está questionando a qualidade do atendimento, mas se o Estado - serviços municipais, estaduais e federais - tem capacidade para, de fato, resolver os problemas que a população leva para os serviços de saúde.

Que tipo de problema de saúde, a população leva para os serviços? Na pesquisa do CEPEL, alguns profissionais informam que, de cada 10 consultas, 5 referem-se ao que eles chamam de "sofrimento difuso", um mal-estar resultante da difícil situação de desemprego, baixos salários e outros problemas de ordem pessoal. A reação dos pacientes nesse quadro é conhecida: alcoolismo, drogas, brigas domésticas, resultando em dores de cabeça e em tantas outras partes do corpo. Portanto, o ponto de partida da pesquisa não é a qualidade técnica dos profissionais, mas se é suficiente o tempo de cada consulta, em média de cinco minutos, para dar conta de tantos problemas.

Uma das hipóteses da pesquisa é que uma das alternativas da população é buscar as igrejas como forma de terapia para os seus problemas. Aliás, alguns estudos apontam que uma parte da população sempre percorreu esse caminho, mas com a crise, os próprios pesquisadores da área da saúde passaram a dedicar mais atenção às formas autônomas (em relação aos serviços) com que os pacientes lidam com seus problemas.

Atualmente, entre as atividades que fazem parte da pesquisa sobre religião e saúde, estão as visitas às várias denominações de igrejas na Região da Leopoldina, entrevistando pastores, padres, pais de santo, espíritas, assim como os próprios fiéis sobre seus problemas de saúde e qual é a participação da religião na resolução destes problemas de saúde. ♦

CED-Vida

Um centro de documentação sobre as condições de vida na Leopoldina

O Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL) tem tido entre seus objetivos o acompanhamento e registro da qualidade dos serviços públicos, das manifestações populares, das lutas empreendidas por grupos organizados e de suas formas solidárias de sobrevivência na região. Em outras palavras, procura exercer o monitoramento das condições em que a população da Leopoldina vive o dia a dia e garantir o seu acesso a informações sobre elas.

Para atingir esse objetivo, o CEPEL criou o Centro de Documentação Sobre as Condições de Vida da Leopoldina (CED-VIDA), o qual reúne informações que vão desde anotações de reuniões até dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, passando por documentos oficiais elaborados pelo Poder Público sobre a região.

Embora conte com um pequeno acervo (cerca de 1.300 registros) se comparado a grandes bibliotecas, o CED-Vida vem tornando-se referência na região da Leopoldina. Visitado por estudantes e professores do ensino médio e de universidades, líderes comunitários, religiosos e políticos, produtores culturais e organizações não governamentais, entre outros, o Centro está aberto para consulta todas as sextas-feiras, das 9:00 às 18:30 horas.

As informações reunidas no CED-Vida estão indexadas de acordo com os seguintes temas: saúde, saneamento e meio ambiente, educação, cultura e lazer, indústria e comércio, vias públicas, habitação, história, transporte, segurança, movimentos sociais, fome, economia e política, condições de vida, religião e orçamento estadual. Estes temas estão agrupados em quatro seções: biblioteca, arquivo de documentos avulsos, áudio visual e seleção de artigos publicados na grande imprensa. O Centro dispõe também de uma coleção de mais de 200 fotos. Atualmente, toda a documentação está sendo informatizada para facilitar o acesso do usuário.

O CED-VIDA tem compartilhado toda a sua experiência com outras organizações que também estão envolvidas na construção de acervos populares, como o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

É assim, que como resultado de um trabalho diário de pesquisa através do permanente contato com os grupos populares que já dura mais de dez anos, o CED-VIDA vem oferecendo a possibilidade de resgate e preservação de uma história que é construída por todos aqueles que de alguma forma dão corpo e voz aos movimentos populares da Leopoldina. ♦

(Continuação da p.3 -

Entrevista Vereador Milton Nahum)

É simples, né? Você vai na favela tal, na comunidade tal, tá lá o político com o sistema assistencial dele. Agora, vai tentar num orçamento, ou vai tentar junto ao prefeito botar um Posto de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde lá. Você não vai botar. Por quê? Porque aquele cara que tem o atendimento de saúde lá é o cara que vota com o prefeito dentro da Câmara. Vota fechadinho, sempre para passar o rolo compressor e aprovar o que o poder executivo quer. Isso tem um preço. E o preço é "não entra aqui dentro do meu espaço, não, porque senão eu não me elejo e se eu não me eleger você não tem a minha colaboração". Então, é um conluio que existe entre o poder instituído, com uma forma clientelista de se fazer política, e os aproveitadores de plantão que estão aí dando dentadura, transporte e atendimento médico de graça.

O outro motivo dos Conselhos Distritais de Saúde não conseguirem deslanchar é porque ele não se popularizou. Hoje um cidadão comum do Rio de Janeiro, dentro das APs, não sabe que existe um telefone do seu Conselho Distrital para ele fazer uma reclamação ou para trazer uma contribuição. Ele continua perdido.

Então, uma das coisas fundamentais para os conselhos é que eles sejam mais independentes do poder executivo. Outro fator é que esses conselhos se popularizem. Na medida em que eles se popularizarem eles vão servir melhor à população e a gente vai conseguir até corrigir eventuais distorções de eventuais painelinhas, aparelhamentos partidários que se formam e que obviamente é um caminho mais fácil de ser trilhado quando é uma coisa fechada, quando não existe muito conhecimento.

■ **S - Será que o fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Saúde pode ajudar?**

MN - Sem dúvida nenhuma, pode. Tem que se formar muitos Conselhos Comunitários e virem atuar junto aos Conselhos Distritais, porque esses conselhos é que tem a representatividade junto ao poder executivo na área de saúde. ♦



FIQUE POR DENTRO

Bicuda FM 99.3 comemora aniversário com a população

Mais de 800 pessoas participaram da comemoração de 4 anos da rádio comunitária Bicuda FM – A Onda Verde da Vila (da Penha). A festa foi realizada no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, na Lona Cultural João Bosco, em Vista Alegre. Sucederam-se no palco durante toda a tarde e a noite, grupos de rock e rap, sambistas e músicos da MPB. Houve também um recital de poesia, exposição de artes plásticas e um bate-papo sobre temas atuais (*“Os reflexos da globalização no meio ambiente e no dia-a-dia dos trabalhadores”*; *“A busca de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil do século XXI”*; e *“O papel das rádios comunitárias como contraponto e alternativa à grande mídia na defesa do meio ambiente”*). Vários grupos comunitários da região de Leopoldina expuseram seus trabalhos na festa da Rádio Bicuda, compartilhando o resultado do seu trabalho - entre eles, a Bicuda Ecológica, o Projeto MUSA (Mulher Saudável), o Programa de Prevenção às DST/AIDS, da Fundação MUDES, a Regional IV (Leopoldina) do SEPE- Sindicato dos Profissionais da Educação; e o CEPEL.

A Rádio Bicuda, foi criada em 26 de março de 1996, como parte da luta pela preservação a Serra da Misericórdia, iniciada em setembro de 1995. A criação da rádio comunitária surgiu da certeza de que era preciso um meio de comunicação próprio para compartilhar a questão ecológica com toda a comunidade, impulsionando a mobilização social por melhores condições de vida.

Para saber mais sobre a rádio comunitária Bicuda, visite o site: www.bicuda.org.br ou telefone para 352-2452. Ou sintonize seu rádio em FM 99.3.



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907 -
Manguinhos - Cep: 21040-360
Tel: 590 1998
E. Mail: cepel@uol.com.br
Rio de Janeiro

A riqueza do mundo concentrada em poucas mãos

“A renda dos 20% mais ricos do mundo é hoje 74 vezes maior que a dos 20% mais pobres, quando em 1960 era 30 vezes e no auge do imperialismo do século 19 era de 7 vezes. As fortunas somadas das 358 pessoas mais ricas do mundo (mais de US\$ 1 trilhão) superam o PIB total de países que reúnem 2,7 bilhões de habitantes, 45% da população do planeta; a fortuna dos dois ou três homens mais ricos (cerca de US\$ 150 bilhões) supera os PIBs somados dos 43 países mais pobres.” (Revista “Carta Capital”, 24.05. 2000)



Fórum para os problemas da Leopoldina

Como resultado dos debates da reunião do dia 28 de abril da Rede Local de Educação Popular e Saúde, que agrupa entidades de assistência às necessidades imediatas da população, surgiu a idéia de organizar um Fórum para discutir e propor soluções sobre as questões que mais afligem a população da Leopoldina. A idéia é aproveitar a criação do Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais João Calvino, iniciativa do grupo da Igreja Presbiteriana do Parque Proletário da Penha, como marco para este primeiro Fórum. O grupo afirma que é necessário engajar as Igrejas na luta por melhores condições de vida na Leopoldina.

Um dos objetivos da Rede Local de Educação Popular e Saúde é criar espaços de participação e reflexão sobre as condições de saúde e educação dos grupos populares da região da Leopoldina. Para mais informações, contate o CEPEL, telefone: 590-1998.



IMPRESSO

SE
LIGA
NO
Sinal

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 10,00.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____